



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SARAH OLIVEIRA DE SOUZA

**EMANCIPAÇÃO, SORORIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO: UM
ESTUDO DA AÇÃO DA RED BRIGADE LUCKNOW FRENTE À VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA ÍNDIA**

**JOÃO PESSOA
2017**

SARAH OLIVEIRA DE SOUZA

**EMANCIPAÇÃO, SORORIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO: UM
ESTUDO DA AÇÃO DA RED BRIGADE LUCKNOW FRENTE À VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA ÍNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719e Souza, Sarah Oliveira de.
Emancipação, sororidade e empoderamento feminino [manuscrito] : um estudo da ação da Red Brigade Lucknow frente à violência de gênero na Índia / Sarah Oliveira de Souza. - 2017.
44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Índia. 2. Feminismo. 3. Red Brigade Lucknow. 4. Emancipação. 5. Empoderamento. 6. Sororidade. 7. Violência de gênero.

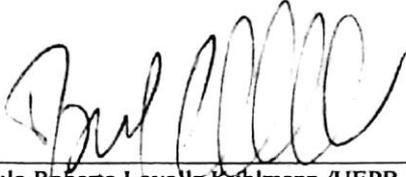
21. ed. CDD 305.42

SARAH OLIVEIRA DE SOUZA

EMANCIPAÇÃO, SORORIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DA AÇÃO DA RED
BRIGADE LUCKNOW FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ÍNDIA

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba.

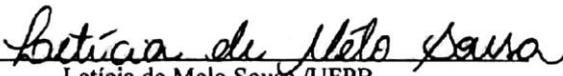
Aprovado(a) em 14 / 12 / 2017.



Paulo Roberto Loyola Kuhlmann /UEPB
Orientador(a)



Ana Paula Maielo Silva /UEPB
Examinador(a)



Leticia de Melo Sousa /UEPB
Examinador(a)

À todas as mulheres que fazem parte de minha vida ou passaram por ela de alguma forma, desconstruindo e inspirando, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu lar, meu alicerce. Fátima e João, ou Mainha e Bê. Vocês são minha força, meu ponto de partida e porto seguro. Não sei o que seria de mim sem vocês nessa vida.

Ao meu pai João Jakson, *in memoriam*, mas sempre presente comigo em todas minhas escolhas e pensamentos. Tudo que sou é uma parte de ti, painho.

Às minhas avós Rinalva e Anita e todos os seus galhos que formaram minha grande árvore genealógica. Tios, tias, primos e primas. Especialmente aqueles que cresceram comigo e aqueles que me amam e admiram pela pessoa que me tornei, independente das diferenças e distâncias.

Às Filhas de Jó, minhas irmãs de alma. Ao Bethel Guardiãs da Fênix por ter sido minha casa e refúgio em João Pessoa; ao Bethel Princesas da Luz, o início de tudo e em especial, as “lozas”; ao Bethel Flor de Lótus por me receber como sua irmã e “tia” mesmo através das distâncias e ao meu Coletivo Vida de Ethel, minhas irmãs de luta feminista.

Aos Diplomatas (quem é, sabe), companhia de curso, de muitas viagens, e de momentos que guardarei para sempre. Vocês foram minha turma nessa universidade e sou extremamente grata por tornarem essa jornada mais feliz e divertida.

Agradeço à Maria Clara, em especial, porque além de minha amiga, minha roommate, se tornou uma irmã que levarei para a vida toda. Obrigada pelos dias, noites, madrugadas, alegrias e bads compartilhadas, além das ajudas nas provas, seminários e nas revisões desse TCC.

Aos companheiros e companheiras que comigo fizeram parte do Centro Acadêmico de RI, na gestão que reviveu essa instituição estudantil e que tanto me fez crescer.

Ao PUA e todos seus integrantes, pelas terapias a cada círculo e reunião, por terem me mostrado que há um mundo além da universidade que precisa de nós. Especialmente Edith Larissa, a rainha dessa universidade, mesmo formada.

Ao professor e palhaço Paulo “Mancada” Kuhlmann, esse (des)orientador, que nos permite ser, escrever, pesquisar e ir além. Você é uma grande referência de vida, de professor e também um grande amigo.

Agradeço à professora Ana Paula Maielo e à minha irmã Letícia Mélo, por terem aceitado participar da minha banca examinadora e por todas as ajudas e ensinamentos.

Aos professores de Relações Internacionais da UEPB, em especial, Jan, Silvia, Giuliana, Gabriela, Neila e ao professor Julio César Cabrera (in memoriam).

Aos meus amigos e amigas da Bahia, Serrinha e Salvador, todos vocês que permaneceram firmes e fortes na nossa amizade, mesmo com minhas ausências e são parte integrante de quem sou hoje.

Aos Bookaholics, amigos virtuais e assim como eu, loucos por livros. Vocês estiveram comigo do início ao fim desse curso e sei que estarão por muito mais tempo.

A Yuri, pelo amor e denço e também a compreensão nas horas que precisei dar mais atenção ao computador do que a você. Sei que nesse meio tempo, você estava escrevendo seu próprio TCC: "Entre detalhes, admiração e amor: uma análise de como sou apaixonado pela minha namorada".

Às mulheres da RBL, pela atenção, compreensão e por terem me inspirado na escrita desse trabalho.

Agradeço a toda pessoa que passou por mim nessa jornada em João Pessoa e que direta ou indiretamente me ajudou a alcançar esse objetivo e finalizar essa etapa.

Enfim, extremamente grata a todas as mulheres, todas as feministas, que me ensinam diariamente o valor da sororidade. Esse trabalho é por todas nós.

“Todas nós seguimos em frente quando percebemos como são fortes e admiráveis as mulheres à nossa volta”.

Rupi Kaur – Outros Jeitos de Usar a Boca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ÍNDIA: históricos de violência e trajetórias feministas	10
2. O EIXO FEMINISTA E SEUS RAIOS: sororidade, emancipação e empoderamento	16
2.1. Estudos Feministas	16
2.1.1. <i>Sororidade</i>	20
2.2. Violência cultural e de gênero	22
2.3. Emancipação e empoderamento	25
3. ACTION BREAKS SILENCE: A luta da Red Brigade Lucknow.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
ABSTRACT	37
REFERÊNCIAS	38

EMANCIPAÇÃO, SORORIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DA AÇÃO DA RED BRIGADE LUCKNOW FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ÍNDIA

Sarah Oliveira de Souza¹

RESUMO

A presente pesquisa analisa se a organização Red Brigade Lucknow – utilizando técnicas de luta e defesa pessoal, entre outras práticas – estimula a sororidade entre meninas e mulheres indianas, assim como a emancipação e o empoderamento contra a violência de gênero. Para isso, são apresentadas as formas de ação da Red Brigade, analisadas conforme as abordagens dos Estudos para a Paz, Estudos Críticos de Segurança e Estudos Feministas, de forma a analisar as conexões entre essas teorias e a prática feminista indiana. A pesquisa realizada foi um estudo de caso como procedimento adotado com o propósito de compreender os sentidos e significados produzidos pelas meninas e mulheres na organização Red Brigade em seu contexto local. A coleta de dados foi feita através de meios informativos próprios da organização, portais de notícias e reportagens, conversas em redes sociais com participantes da RBL e apoiadoras e por fim, análise de literatura de autoras indianas. Espera-se que este trabalho demonstre o quanto esse grupo consegue refletir, na sua prática, a sororidade, emancipação e empoderamento de jovens mulheres na Índia.

Palavras-Chave: Índia; Violência de Gênero; Feminismo; Red Brigade Lucknow; Emancipação; Empoderamento; Sororidade.

¹ Estudante da Graduação em Bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: saholiver6@gmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando as questões de gênero como significantes aos estudos das Relações Internacionais, principalmente no que tange ao papel feminino e à mulher como agente social e político relevante, a pesquisa pretende analisar acerca da violência cultural e estrutural, tratando as questões de gênero, sororidade, emancipação e empoderamento na Índia. Analisando a sociedade patriarcal indiana e as suas enormes consequências negativas para as mulheres, como os estupro e feminicídios, é considerável que são assuntos de relevância para os Estudos de Gênero e para diversas vertentes dos Estudos de Segurança Internacional.

A temática trata sobre o grupo de mulheres indianas, denominado Red Brigade, da cidade de Lucknow (Uttar Pradesh – Índia), que ensinam a autodefesa contra potenciais agressores, estimulando e gerando emancipação e maior segurança. Essas mulheres utilizam técnicas de luta e defesa pessoal como instrumentos para incentivar o empoderamento de meninas e mulheres indianas contra a violência de gênero, que tem arraigado contexto nas violências cultural e estrutural na Índia. Além desses ensinamentos, a organização também realiza campanhas de conscientização sobre violência contra mulheres; workshops relacionados à autodefesa, discriminação de gênero; ensinam crianças das diferenças entre toques bons e toques ruins com teor sexual e fornecem assistência jurídica para mulheres violentadas e outras sobreviventes (RBL, s/d).

Esse tema deverá ser estudado nesta pesquisa considerando o início do grupo, que foi fundado em 2011, quando só existiam 15 meninas ao todo, passando pelo marco em que o grupo se tornou de fato uma organização não-governamental, em dezembro de 2016, até as suas ações nos dias atuais. Será realizado um recuo histórico para compreender algumas problemáticas de violência cultural e estrutural do passado indiano e das práticas feministas no país, porém o estudo se focará na prática atual de mulheres da organização Red Brigade Lucknow (RBL).

Essa pesquisa utiliza uma abordagem de análise ontológica, focando nos Estudos Feministas, Estudos Críticos de Segurança e nos Estudos para a Paz, que abrangem todos os níveis de análise, do indivíduo ao Sistema Internacional, diferentemente dos estudos de Relações Internacionais de vertente mais tradicional e realista. Segundo Tickner (2004, p. 44), a teoria tradicional das RI considera, em sua ontologia, as relações interestatais, considerando os estados como racionais e unitários num ambiente anárquico. Em contraste, a base ontológica dos Estudos Feministas é sociológica, já que considera as relações sociais, especificamente as de gênero, que começam no nível individual, incorporado ao nível

estrutural de relações de poder sociais, políticas e econômicas. Justifica-se assim, a abordagem feminista nas RI, pois possui uma tendência de subverter as noções estereotipadas de gênero, assim como, uma tentativa de mostrar e desenvolver mais uma área que é menosprezada ou incompreendida (ver KEOHANE, 1998; COCKER, 1990) com a finalidade de apreender diferentes formas de reação ao patriarcado, de emancipação e de empoderamento.

Nos Estudos para a Paz, a violência cultural é definida por Galtung como os aspectos da cultura, a esfera simbólica da existência humana, exemplificada pela religião e ideologias, além da linguagem, arte, ciência empírica e formal, que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou a violência estrutural nas sociedades (GALTUNG, 1990). A naturalização de ações e discursos que nascem da cultura acaba por tornar aceitos alguns tipos de violência que são praticados diariamente, legitimando o uso da violência direta. Isso pode ser levado à esfera principal dessa pesquisa, do patriarcado e como a hierarquia onde homens exercem de cima a violência estrutural para atingir diretamente a mulher, que está embaixo, justificando-se e totalmente legitimados, pela violência cultural.

A partir da explanação do que é violência cultural e estrutural, podemos considerar que o que acontece na Índia, além de ser enraizado na estrutura social e cultural, também é uma problemática de violência de gênero. Este termo faz referência àquelas formas de violência que fundam suas raízes nas definições e relações patriarcais dominantes em uma sociedade dada. Trata-se de uma violência vinculada aos desequilíbrios existentes nas relações de poder entre os sexos a nível social, econômico, político, religioso. Baseiam-se em concretas definições, estereótipos, identidades e expectativas sobre o que se supõe ser homem e ser mulher dentro da sociedade e quais são seus papéis sociais predeterminados culturalmente (ESPINAR e LOPEZ-MONSALVE, 2015).

Levando em consideração as premissas acima, a problemática acerca dessa pesquisa é identificar de que forma, a partir da contextualização e explicação de conceitos como violência cultural e de gênero, empoderamento, emancipação e sororidade, as mulheres e meninas da Red Brigade alcançam essas capacidades e superam as situações de violência através de suas políticas de enfrentamento, ações e campanhas. O objetivo geral dessa pesquisa é investigar de que maneira as estratégias de luta da RBL contribuem para o debate sobre empoderamento, sororidade e emancipação feminina. Busca-se também identificar as principais violências de gênero realizadas na Índia; compreender a ação e trajetória do feminismo indiano como resistência a tais violências; examinar como a RBL está empoderando crianças e adolescentes para evitar, reagir e revidar aos abusos sofridos em

sociedade e discutir se a RBL promove empoderamento, emancipação e também a sororidade entre as meninas e mulheres que participam dela.

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, exploratório e descritivo, tendo o estudo de caso como procedimento adotado com o propósito de compreender os sentidos e significados produzidos pelas meninas e mulheres na organização Red Brigade em seu contexto local. A coleta de dados foi através de meios informativos próprios da organização, portais de notícias e reportagens, conversas em aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais com participantes da RBL e apoiadoras e por fim, análise de literatura de autoras indianas datada desde os anos 1980 até a década atual. O intuito foi de demonstrar pelas lentes dessas autoras as temáticas abordadas por este trabalho, visto que seria um silenciamento falar das experiências da mulher indiana no lugar delas ou utilizando uma literatura majoritariamente ocidental.

Esse trabalho se desenvolve e é dividido da seguinte maneira: primeiramente, apresentação do histórico e das trajetórias do feminismo na Índia, país da Red Brigade, além de exposição de informações sobre a violência e respostas de grupos indianos ativistas. Em seguida, a contextualização teórica do estudo, abordando a Teoria Feminista de RI, Estudos Críticos de Segurança e Estudos para Paz, com a conceptualização de termos importantes, como empoderamento, sororidade e emancipação. O tópico seguinte traz a apresentação da organização Red Brigade e do histórico do grupo como ativista dos direitos das mulheres na Índia, mostrando como é a sua forma de atuação, formas de atingir empoderamento, sororidade e emancipação das mulheres e adolescentes participantes e das indianas em geral. Por fim, a conclusão dessa pesquisa, abordando o estudo de caso e analisando as contribuições gerais da RBL para seu contexto local em Lucknow; as reverberações de seus atos para demais mulheres na Índia e também os ensinamentos que podem ser apreendidos de suas vivências para nós, feministas brasileiras.

1. ÍNDIA: históricos de violência e trajetórias feministas

Índia, o país que clama por ser a maior democracia do mundo. O país de Mahatma Gandhi – símbolo da não-violência - e de Indira Gandhi, mulher e primeira-ministra. A nação que consagra deidades femininas em templos artisticamente construídos. Era de se esperar que essa fosse uma sociedade que tratasse bem suas mulheres. Mas a verdade está exposta explicitamente na condição das indianas, repleta de ataques desumanos a seu crescimento físico, emocional, social e político. A luta da mulher na Índia começa do útero até seu túmulo,

sem descanso (MUZUMDAR, 1998). A Índia é um país que possui uma interseção de hierarquias e dominações que são enraizadas em sua sociedade, tendo, como exemplo, as opressões de castas, classes e gênero. Como em praticamente toda sociedade, o patriarcado exerce sua função de classificar os homens sempre acima das mulheres em importância, nas esferas privada e pública, além de atribuir papéis sociais de gênero bastante diferentes. Quando se analisa o poder e desigualdade social na Índia, percebe-se que o fator patriarcal foi historicamente ofuscado em detrimento de análises e debates acerca de questões de classe e casta (NIELSEN e WALDROP, 2014, p.3). Bhushan acrescenta que embora a mulher fosse venerada no sentido abstrato da religião, a sua realidade concreta na Índia é totalmente diferente, limitada às necessidades familiares, como procriação e educação de crianças (BHUSHAN, 1989, p. 26).

Na Índia, a violência contra a mulher se exprime, na maioria dos casos, na esfera privada, configurando-se assim como violência doméstica². Manifesta-se dentro de suas casas, a mulher ou esposa sofrendo com estupro conjugal, controle psicológico e econômico e assassinatos. A questão do estupro no casamento na Índia é problemática. A relação sexual sem consentimento com meninas não poderia ser classificada como estupro se tivesse ocorrido dentro do casamento, porque o sexo forçado dentro do matrimônio não é crime no país. Felizmente, a Suprema Corte da Índia, neste ano, decidiu que leis de estupro devem valer para crianças casadas. Como as leis de estupro da Índia excluem os casais, a Corte alegou contradições em relação às leis sobre a idade de consentimento. Ou seja, menores de 18 anos casadas – por vias forçadas por seus pais, na maioria das vezes – podem processar seus maridos por estupro matrimonial, após denúncia no prazo de um ano do incidente.

Ademais, a criança ou adolescente sofre com a violação sexual de pais, irmãos, tios e parentes próximos, o infanticídio (feticídio, pela preferência pelo filho homem) e casamentos forçados, como visto. O abuso sexual infantil é um fenômeno generalizado e de acordo com relatório da *Human Rights Watch*, em 2013, cerca de 53% das crianças indianas sofreram de abusos sexuais, nas mais variadas escalas e gravidades, sendo que 71% desses abusos não foram denunciados e ocorrem frequentemente dentro dos limites supostamente seguros da família, bairro ou comunidade. Com a saída da mulher para o domínio público, para estudar e trabalhar, a violência passou a se manifestar pelo assédio sexual e moral, estupro coletivo,

² A violência doméstica é aquela essencialmente perpetrada por pessoas em relacionamentos familiares íntimos. Perpetradores de violência doméstica são predominantemente companheiros ou pais e a violência é geralmente realizada pelo homem direcionada à sua parceira do gênero feminino (DUTTA, 1999).

tráfico sexual e também por diversas outras agressões que advém da política e do trato social que se tem com a mulher nessa sociedade.

Em resposta às diversas violências, o movimento feminista na Índia, assim como no resto do mundo, foi dividido em ondas, definidas no tempo e diante de circunstâncias diferentes no Estado Indiano. Nielsen e Waldrop (2014) definem essas ondas em três conjunturas históricas de demasiada importância para a insurgência das questões de gênero e sobre a mulher. A primeira onda ocorreu entre o século XIX e o início do século XX, quando houve um embate entre indianos nacionalistas e as críticas de colonizadores sobre a natureza selvagem do homem indiano. A segunda onda foi na década de 1970, coincidindo com a segunda onda do movimento das mulheres mundial, além da publicação de um influente relatório pelo Comitê sobre o Status da Mulher na Índia, em 1974. Por fim, a terceira onda é reconhecida na conjuntura contemporânea, com as manifestações em protesto à ostensiva violência contra as mulheres, com intensa cobertura da mídia nacional e internacional atrelada à imensa indignação da opinião pública e grupos ativistas feministas e de direitos humanos, provocada pelo brutal estupro coletivo ocorrido em Nova Délhi em 2012.

O primeiro momento se configurou para criticar a ideia de natureza selvagem das práticas culturais indianas que os colonizadores britânicos enfatizavam – com o intuito de justificar a missão colonizadora “civilizatória - como a intocabilidade (dalit) e sati³. A partir disso, a posição social das mulheres indianas transformou-se numa questão política que foi resolvida pelos nacionalistas indianos através da construção de dicotomias de gênero (público/privado) que assim constituiu a mulher indiana reformada, como uma encarnação de valores culturais e espirituais. A mulher não seria mais a selvagem e sim, a domesticada (NIELSEN e WALDROP, 2014). Se consideramos a definição crua de feminismo como a busca por igualdade de direitos e oportunidades das mulheres, tal como os homens tem, então o feminismo existia na Índia desde essa época. As mulheres indianas já falavam sobre sua condição, assim como as feministas no Ocidente, na primeira fase do feminismo (a década de 1880 até a década de 1940) e suas reformas mais notáveis foram nas áreas de sufrágio, educação e direitos legais e civis. A maior preocupação dessas mulheres era em “rasgar o purdah⁴”, ou seja, acabar com o isolamento forçado que as impediu de garantir a educação e de experimentar o público, além de suas casas e famílias (FORBES, 1982, p. 527).

³Um antigo costume que obrigava, no sentido honroso e moral, a esposa viúva a se sacrificar na fogueira da pira funerária de seu marido morto.

⁴Prática de impedir as mulheres de serem vistas pelos homens que não sejam seus parentes diretos. A nítida separação entre homem e mulher, entre a comunidade e família e entre o público e o privado.

No nível internacional, a década de 1970 caracterizou-se pela alta visibilidade do feminismo e a situação das mulheres, com a primeira Conferência das Nações Unidas para a Mulher realizada na Cidade do México em 1975. No entanto, apesar de um clima global favorável, a segunda onda do movimento feminino indiano provavelmente não teria surgido tão rapidamente e, com tanta força, em tão pouco tempo, não tivesse sido por certos desenvolvimentos domésticos. Um aspecto importante dessa onda foi a publicação do relatório do Comitê sobre o Status da Mulher na Índia (CSWI), “Rumo à Igualdade”, em 1974. Esse relatório enfatizou a dimensão especificamente indiana da questão da mulher e do movimento feminista e foi escrito pelas mulheres de classe média que tinham escolaridade mais avançada. Elas buscaram, de maneira consciente, focar na problemática das mulheres pobres e das zonas rurais, que foram marginalizadas nos anos pós-independência. Esse mesmo relatório também foi o sinalizador do início dos estudos sobre a mulher nas universidades indianas (RAMAN, 2001, p.41).

Esta segunda onda, quando comparada com a primeira onda social ocorrida no final do período colonial, teve um caráter mais revolucionário. A luta das mulheres contra o patriarcado indiano adotou causas amplamente variadas, mas que se focavam em três questões básicas: combater a violência contra as mulheres, tanto no domínio doméstico quanto no do Estado; garantir a igualdade de remuneração e segurança econômica e a luta pela participação e representação política das mulheres. Como resultado desses esforços, o governo indiano aprovou uma série de leis na década de 1980 que diziam respeito aos dotes e suas violações e criou uma comissão para revisar as condições de trabalho das mulheres (NIELSEN e WALDROP, 2014).

A terceira onda, que é a atual, é caracterizada pelo debate acerca da violência sexual contra as mulheres em espaços públicos, principalmente, e que surgiu após o estupro coletivo de Jyoti Singh. O estupro da estudante desencadeou grandes manifestações enfrentadas pelas autoridades responsáveis e orientou a atenção política e internacional para a violência e assédio sexual generalizados que as mulheres indianas experimentam diariamente. Em virtude dos protestos, o governo indiano aprovou, em 2013, lei que estabeleceu pena mais severa para estupros e, pela primeira vez, reconheceu a perseguição e o assédio sexual como crimes (LAKSHMI, 2014). O que se tem questionado sobre esse debate é se o estupro coletivo ocorrido é um indicativo de um aumento geral na violência contra as mulheres ou se depois desse fato, as mulheres começaram a reportar e denunciar mais os assédios e violências sofridas. Como as mulheres indianas começaram a sair de seus espaços puramente domésticos e foram às ruas, começaram a trabalhar, estudar, se envolver na política, os abusos em espaços

públicos tornaram-se mais comuns, porém, proporcionalmente, elas também estão mais propensas a denunciar ou confrontar os abusadores. Para os autores Nielsen e Waldrop (2014), essa conjuntura na qual as agressões sexuais contra as mulheres em espaços públicos emergiram como uma questão política crucial e de enorme alcance nacional e internacional é um indicativo de uma agitação de caráter transformador para as teorias de gênero e movimentos de mulheres na Índia, a mais ampla dos últimos vinte e cinco anos.

Diante do exposto, a organização que é o foco desse estudo situa-se no período contemporâneo, visto que a Red Brigade foi iniciada na década vigente. É possível falar de luta contra a violência contra a mulher na Índia de forma ampla, ainda que poucas pessoas de fato conheçam o que se passa no país asiático. Existem exemplos como o Vimochana, um grupo ativista de Bangalore, fundado em 1979, que proporciona às mulheres de várias classes um fórum para se organizarem e prestarem ajuda umas às outras, principalmente àquelas sujeitas à violência direta e estrutural. Vimochana é um grupo que enfatiza as relações entre feminismo, socialismo e não-violência. A estratégia de mudança social utilizada pelo grupo caracteriza-se por formas não-violentas de protesto e conscientização, na busca de uma disposição social mais igualitária e humana. Bhushan explica que a não-violência não é um conceito estranho nem perturbador e por isso, agrega à luta feminista do grupo, certa familiaridade e acessibilidade para mulheres indianas. O uso da não-violência também aproxima o grupo de mulheres que não se denominam feministas e até mesmo as que tem aversão ao feminismo. A maneira mais eficaz de realizar a não-violência é através de manifestações, piquetes, procissões e *gheraos*⁵ (BHUSHAN, 1989, p.29).

Outro grupo proeminente de mulheres é o Gulabi Gang. Esse grupo tornou-se um dos movimentos mais reconhecidos contra a violência de gênero e a desigualdade na Índia, principalmente em aldeias rurais do norte de Uttar Pradesh, estado também da Red Brigade. Vestidas em sáris rosas (vestimenta tradicional indiana), o grupo foi fundado em 2006 por Sampat Pal Devi e usa de meios violentos e não-violentos para empoderar mulheres. O artigo recente de Matthew Richards (2016) trata da “gangue” e aborda questões sobre a ressonância da Gulabi e do uso da violência como tática contra a opressão. Richards argumenta – e essa é uma visão interessante para este artigo – que não se deve demonizar grupos que usam violência para combater violência, pois o que aquelas mulheres fazem é basicamente um reflexo de uma complexa rede de estratificação política e social na qual a violência contra

⁵ Gherao, que significa cerco, é uma tática usada por ativistas trabalhistas e líderes sindicais na Índia, e é semelhante ao piquete. Um grupo de pessoas cercaria um político ou um edifício do governo até que suas demandas fossem atendidas.

mulheres é intensa e culturalmente enraizada (RICHARDS, 2016, p.4). As mulheres da Gulabi utilizam violência e ameaças na tentativa de interromper a formação de espaços públicos como lugares opressivos, destacando a onipresença da violência como uma realidade cotidiana para as mulheres. Segundo Richards, quando media a violência dessa maneira,

Gulabi Gang traz à tona iniquidades materiais e ideológicas. O grupo interrompe as implantações normativas do poder, alterando assim o terreno da agência em um determinado contexto e destacando as desigualdades como motivação para respostas violentas. Essas interrupções violentas não conseguem construir ou manter novas estruturas democráticas, mas interferem nos padrões opressivos e colocam certas formas de opressão na agenda mais ampla, mesmo que apenas temporariamente. (RICHARDS, 2016, p.12, tradução nossa)

O estudo de Srila Roy, *New Subalterns? Feminist activism in an era of neoliberal development*, no qual ela trabalha de forma etnográfica a questão da mulher, oferece uma leitura de mulheres indianas tidas como subalternas não apenas como objetos de gênero, mas como sujeitos por direito próprio (ROY, S. 2014, p.177). Roy estuda a ação de Sumana, uma ativista de direitos das mulheres que é considerada da base, popular ou de raiz (*grassroots*), um movimento social que enfatiza o empoderamento de grupos locais e uma hierarquia horizontalizada. Sumana iniciou em 2004 uma instituição que usa atividades físicas, esportes, jogos, técnicas de autodefesa de forma lúdica e diferente para combater a violência sofrida pelas mulheres em sua comunidade. Ela se especializou em *Wenlido*⁶, autodefesa feminista voltada para a força física das mulheres e também para a conscientização sobre gênero (ROY, S. 2014, p.179).

Esses foram alguns casos que foram descobertos diante da pesquisa sobre a questão da violência e movimentos sociais femininos na Índia. É importante constar neste trabalho, pois pode parecer que Red Brigade é uma experiência única e nova no país, mas a caminhada das feministas que se erguem com empoderamento contra todas as opressões que sofrem é extensa e não datado de agora. Uma forma também de mostrar que as mulheres podem ocupar o espaço de vítimas nas maiorias das situações, mas que elas não se resumem a isto. Recordando a indagação na frase de Mallarika Sinha Roy, “Será que os estudos feministas estão produzindo vítimas ao invés de heroínas, perdedoras em vez de vencedoras? Ou se transformou em jargões metafísicos que perderam toda a preocupação com mulheres reais?”

⁶ Metodologia voltada para a construção da força física das mulheres transformando ideias herdadas em torno de sua própria vulnerabilidade, para chegar coletivamente, em uma posição de força e de agência local. Por causa dessa técnica, as mulheres são capazes de examinar coletivamente a experiência vivida e aprender a desafiar e desfazer os pressupostos patriarcais. Visa uma consciência mais ampla de seus próprios corpos e a consciência de que a violência e a intimidação são erradas, não importa de onde ela venha (ROY, S. 2014, p.182).

(ROY, M.S., 2014, p.159), é preciso produzir mulheres vencedoras e heroínas, que acharam, na dificuldade, a vontade de lutar contra suas desigualdades e contra as violências.

2. O eixo feminista e seus raios: sororidade, emancipação e empoderamento

Como esses três conceitos ocupam destaque nessa pesquisa, é relevante discorrer brevemente sobre os seus significados e a forma que serão aplicados e entendidos quando se refere à Índia, às mulheres em geral, às mulheres da RBL e à sua segurança, não em termos tradicionais, como se verá a seguir. É preciso elucidar que nesse estudo haverá uma intercomunicação entre os Estudos para Paz, baseando-se em Johan Galtung, e os Estudos Críticos de Segurança, pois a noção de emancipação advém da conceituação, principalmente, de Ken Booth. A articulação de ambas as teorias, por sua vertente crítica, traz o campo ideal para se estudar a problemática das mulheres da Índia que em seu país, pacífico em suas relações exteriores, ainda assim sofrem com conflitos e violências provenientes da sua cultura e sociedade, de forma interna. Esses paradigmas, juntamente com a Teoria Feminista em geral e na disciplina de Relações Internacionais, evidenciam os silenciamentos das estruturas de opressão e buscam conjunturas desejáveis de paz positiva, sororidade, emancipação social e empoderamento feminino (LAMAS, 2013, p. 2). Tickner, na sua obra *Gender in International Relations*, já relacionava e reconhecia a violência estrutural, expressão dos Estudos para a Paz, emprestado de Galtung. Essa violência, para a autora, é a insegurança dos indivíduos de expectativa de vida reduzida, não pela violência direta das guerras, mas pelas estruturas domésticas e internacionais de opressão. A autora ainda afirma que a justiça de gênero deve estar no núcleo da busca pela paz duradoura, propondo que a empatia, a mediação e a sensibilidade, sentimentos desvalorizados como princípios femininos na teoria mainstream, possuem demasiada importância nas alternativas à violência (TICKNER, 1992 apud BLANCHARD, 2003, p.1297).

2.1. Estudos Feministas

Para evitar demasiado prolongamento no tema, nessa enorme seara do que chamamos de feminismo, é preciso elucidar sobre a pluralidade do termo e dos fatores que o envolvem, assim como focalizar naquele que mais nos interessa para este estudo. O feminismo e os seus desmembramentos teóricos de forma geral, foi dividido em liberal, marxista, radical, socialista, psicanalítico, existencial e pós-moderno, abordagens essas consideradas por Rosemary Tong (OLIVEIRA e SILVA, 2011, p.53), apesar de não serem as únicas. Sjoberg e

Tickner dividem as abordagens em liberal, crítico, construtivista, pós-estruturalista e pós-colonial⁷, lembrando que tais autoras já fazem a separação dessas abordagens como sendo próprias das Teorias Feministas de Relações Internacionais. De acordo com as autoras, as feministas em RI possuem interesse mútuo na emancipação de gênero, sendo que o que se entende por essa emancipação varia, tal como os caminhos adequados para alcançá-la (SJOBERG e TICKNER, 2013, p.208). É importante comentar também que, embora a prática feminista não esteja separada da teoria e vice-versa, a forma de analisar a militância feminista e o feminismo na academia também é diferenciada.

Nesse estudo, como há uma breve interseção dos Estudos para Paz, Estudos Críticos de Segurança e do Feminismo, tem maior relevância apresentar os estudos feministas em RI e Segurança, considerando as mulheres e sua relação com a violência, empoderamento local e emancipação. Contudo, a fim de descortinar a sororidade como um ponto importante para o feminismo e como eixo para o estudo sobre a relação de empoderamento e solidariedade feminina, aplica-se esse termo, que foi retirado dos discursos de militância feminista, pouco visto na academia.

Para fins analíticos dos estudos majoritários nas RI, o Estado constantemente é visto como uma pessoa que tem interesses e intenções, um ser que age racionalmente e parece natural que se refira ao Estado dessa maneira, numa tentativa de atribuir uma personalidade a um ser inanimado (WADLEY, 2010, p.38). Para fins analíticos, no feminismo e em outras teorias críticas, o ser humano, o indivíduo toma o lugar do Estado. Essa analogia é para demonstrar que o agente principal a ser estudado é o indivíduo, inserido nas estruturas sociais e políticas, pois são esses indivíduos que formam essa entidade antropomórfica que é o Estado nacional.

De acordo com os escritos de Buzan e Hansen, durante a evolução dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), pairou sempre uma tensão e certo desacordo entre um conceito de segurança individualista e um conceito coletivo-estrutural. Neste último, destacou-se a questão das mulheres como um objeto de estudo particular desassociado da visão masculinista, tanto dos ESI assim como das RI. A ausência e silenciamento do gênero como categoria analítica nos dois campos de estudos teve sua resposta no final dos anos 1970 e ao

⁷ Segundo Sjoberg e Tickner (2013), as feministas pós-coloniais geralmente são pós-estruturalistas, pois acreditam que a linguagem constrói poder e os detentores do conhecimento e do poder de fala sempre foram os ocidentais. Esses formaram dicotomias de “eu versus outro”, relegando aos ex-colonizados, estereótipos raciais e culturais. O feminismo pós-colonial tenta quebrar com a noção de inferioridade das mulheres não-ocidentais e com as falsas alegações de universalismo que se baseia somente nas experiências das mulheres ocidentais privilegiadas. Considerando que a autoria desse trabalho não é de uma indiana, sempre existiu a preocupação em não homogeneizar as mulheres, levando em conta todas as diferenças de cultura, raça e localização geográfica, assim como evitar retratar as indianas como pobres, vitimadas e sem agência.

longo dos anos 1980, com a ascensão dos estudos sobre gênero, paz e segurança, que surgiram da Pesquisa para a Paz (BUZAN e HANSEN, 2012, p.218).

Buzan e Hansen (2012) demonstraram que houve uma evolução dos estudos feministas dentro dos estudos de segurança. As feministas do primeiro grupo, como Ruddick, Elshtain, Pateman explanavam com veemência que o gênero não era uma identidade biológica fixa, mas de fato, uma produção social. Essas autoras se referiam àquelas estruturas culturais e políticas, que formaram um ideal que situava a mulher dentro da esfera privada e o homem na pública. O segundo grupo da abordagem feminista para a segurança, tendo Sylvester como principal nome, reclamava a irrealidade da ideia essencialista das mulheres como mais pacíficas quando inseridas em conflitos e era por conta disso que existiam riscos de atrelar os estudos feministas aos de paz.

Além dos nomes supracitados, J. Ann Tickner, tendo escrito releituras de clássicos realistas e refutado críticas de autores do ramo majoritário sobre o papel de gênero como ator das relações internacionais, também se mostra autora influente da Teoria Feminista de RI. No seu artigo *Feminist responses to international security studies*, de 2004, Tickner sintetiza o que é o estudo feminista para as RI como as teorias que buscam entender a subordinação feminina para que então, sejam formuladas estratégias que lidem com isso, de forma a extinguir as opressões e silêncios sobre a questão de gênero na disciplina. A autora define a teoria feminista como normativa e emancipatória e, contrariando a objetividade e universalidade pressupostas no conhecimento, Tickner e as feministas desenvolvem o que é chamado de conhecimento prático, que é o empirismo baseado nas práxis das mulheres e de suas experiências cotidianas (TICKNER, 2004, p.45). Como a mulher é o principal objeto de estudo nessa teoria e as mulheres normalmente falam a partir das margens da política internacional, suas experiências apresentam perspectiva diferente do estadocentrismo das teorias internacionais convencionais, ampliando dessa forma, a base empírica da construção de teorias no campo das RI (SJOBERG e TICKNER, 2013, p.206).

Ainda que funcionassem como uma abordagem afim, os Estudos Feministas de Segurança destoaram da epistemologia positivista e quantitativa do início dos estudos da Pesquisa de Paz, ao utilizar, segundo Tickner:

abordagem “multidimensional e multinível”, comprometida com “visões emancipatórias da segurança” que procuram “compreender como a segurança dos indivíduos e dos grupos é comprometida pela violência, tanto física quanto estrutural, em todos os níveis”. A análise feminista vem, como consequência, assumindo quase sempre uma abordagem de baixo para cima, analisando o impacto da guerra no nível micro (TICKNER, 2001, p.48, tradução nossa).

Segundo Sjoberg (2010, p. 4), esta visão multidimensional e multinível das ameaças à segurança inclui não só a guerra e a violência internacional, mas também a violência doméstica, o estupro, a pobreza e a subordinação de gênero. As estudiosas feministas não só ampliam o que se entende por segurança, mas também ampliam quem merece segurança, seja em nível público ou privado, interno ou externo. Por ser multinível, a análise do meio internacional pelas feministas se dá, a priori, pela abordagem do nível micro, verificando como as vidas marginalizadas afetam e são afetadas pela política global, em nível macro (SJOBERG e TICKNER, 2013, p.207).

Para as principais autoras feministas de Segurança, ainda que o Estado forneça segurança a todos os cidadãos, existe uma diferença que é baseada no gênero que modifica a forma que homens e mulheres são afetados em diversos conflitos e situações. Contrariando a ideia de que as mulheres são mais pacíficas ou que estão sendo mais vitimadas, a ideia aqui é observar por outro ângulo: o de que as mulheres são ameaçadas de formas diferentes e as inseguranças que elas passam são apresentadas distintamente dos homens nos estudos tradicionais de Segurança (aqueles com maior enfoque nos Estados). Para Enloe (2000), os Estados seguros geralmente contêm mulheres em situação de insegurança e é por esse motivo que as feministas analisam a segurança além da estatal. Analisam principalmente a segurança dos indivíduos e comunidades, sem menosprezar os Estados e organizações internacionais, apenas enfocando em outras questões. As feministas argumentam que "o pessoal é internacional e o internacional é pessoal, ideia essa análoga ao expressado pela ativista feminista Carol Hanisch, na segunda onda do feminismo nos anos 1970, "o pessoal é político" (HANISCH, 1969).

Na busca de entender o trabalho feminista nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança e Paz, é crucial separar o gênero das classes sexuais biológicas. Gênero não diz respeito ao sexo, mas é sim um sistema de significados simbólicos, socialmente construídos que cria hierarquias baseadas nas percepções e nas associações feitas com características masculinas e femininas (SJOBERG, 2010, p.3). Sandra Harding (1986) sugere que a compreensão social de gênero é gerada através de três processos: atribuição de metáforas dualistas e dicotomias de gênero; uso desses dualismos para organizar os papéis sociais e divisão das atividades próprias e necessárias a cada gênero. Esses três aspectos são, respectivamente, simbolismo de gênero, estrutura de gênero e gênero individual (HARDING, 1986 apud TICKNER, 1997, p.614). Ainda que homens e mulheres não se adaptem a esses ideais e nem pratiquem os papéis impostos, tentando subverter essa imperatividade, apenas a

existência desses significados afeta de maneira geral as interpretações de mundo e também a forma como o mundo entende cada gênero em específico (COHN, 1993 apud TICKNER, 1997, p.615).

De forma correlacionada, Lauren Wilcox escreve:

O simbolismo de gênero descreve a maneira pela qual o masculino e o feminino são atribuídos a várias dicotomias que organizam o pensamento ocidental no qual homens e mulheres tendem a colocar um valor maior no termo associado à masculinidade. A hierarquia social, então, é ao mesmo tempo uma construção social e uma característica estrutural da vida social e política que molda profundamente nosso lugar e visão do mundo. (WILCOX, 2007 apud SJOBERG, 2010, p.3. tradução nossa)

É importante frisar, já que se estuda a Índia, que nessa noção de gênero, não significa que todas as mulheres vivenciem as problemáticas derivadas dele da mesma forma. Apesar do simbolismo de gênero ser experimentado por pessoas em todo o mundo, cada mulher vive-o em uma cultura, corpo, raça, idioma, classe e identidade diferentes. Essa é uma perspectiva que se aproxima muito das ideias do feminismo interseccional⁸.

Em síntese, o feminismo nas RI, de forma ampla, reivindica que as abordagens teóricas se atentem às implicações de gênero nas relações entre estados e principalmente, dentro deles. As feministas pedem a reflexão dos estudiosos de RI para perceber até que ponto apenas homens estão construindo conhecimento e somente as vidas masculinas estão sendo retratadas em suas análises. É crucial que percebam como as políticas globais, as guerras, os desastres ambientais, entre outros, afetam as mulheres e ademais, que percebam o silêncio e falta feminina no seu meio e nas suas teorias.

2.1.1. Sororidade

Tendo explanado brevemente sobre a teoria feminista, outro conceito importante a ser discutido nesse trabalho é a noção de sororidade, conceito esse que é utilizado pelas feministas mais em questão de prática e discurso do que na teoria em si. Embora essa palavra ainda não faça parte do léxico da língua portuguesa, não deve ser considerada como uma gíria feminista. É uma palavra que possui estrutura etimológica formal com origem no latim *sorór*, que significa irmãs, relacionando-se com *frater*, que quer dizer irmãos, derivando-se desse termo a palavra fraternidade, utilizada com invariabilidade para ambos os gêneros no português. Sabe-se que o pensamento patriarcal moldou diversos pontos da sociedade e a

⁸O termo “feminismo interseccional” foi cunhado por Kimberle Crenshaw, em 1989. É o feminismo que abrange o estudo de identidades sociais sobrepostas e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Isso significa que as mulheres experimentam opressão em configurações variadas e em vários graus de intensidade (ALOK, 2017).

linguagem formal também foi um deles (CAVANI, 2016). Esse molde da linguagem pelo patriarcado pode ser explicado pela teoria pós-estruturalista, que afirma que a compreensão da realidade é mediada pelo uso de linguagem, sendo que aquele que possui o conhecimento, tem também o poder (SJOBERG e TICKNER, 2013, p.211). Dessa forma, reservou somente a versão masculina de amor e solidariedade entre irmãos, verificada em qualquer dicionário, pois se acreditava que relações harmoniosas somente eram possíveis de se concretizarem entre homens.

Como explicado por Márcia Tiburi:

A rivalidade feminina é um mito criado e que é próprio da ideologia da dominação masculina que coloca essa rivalidade como algo naturalizado e tradicional para manutenção do poder patriarcal. Ou seja, a união feminina é um mal que se precisa evitar para que a ordem continue estabelecida e não seja questionada. Sendo assim, as mulheres naturalmente não podem estabelecer laços de irmandade e ajuda mútua por serem eternas rivais (TIBURI, 2016, p.7 apud SILVA, 2016, p.49).

O pensamento feminista refuta esse postulado ao expor que a sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. Sororidade⁹ é um composto de experiências subjetivas entre mulheres que buscam relações positivas e saudáveis. Para tal, empenham-se na construção de alianças sociais, políticas e acima de tudo, empáticas umas com as outras, contribuindo para a eliminação de todas as formas de opressão e almejando o apoio mútuo para alcançar o empoderamento de cada mulher em particular (LAGARDE, 2012, p.543). Como Santana (2016, p.72) explica, “as formulações em torno desse conceito buscam desconstruir a ideia de rivalidade entre as mulheres que o pensamento patriarcal disseminou e afirmar a atitude colaborativa constatada nas relações femininas [...]”. A autora ainda acrescenta que a sororidade é uma aliança que se baseia na complementaridade e cooperação na busca de resolução de conflitos e problemas, opondo-se à maneira que homens lidam culturalmente com suas questões, geralmente com competição e individualismo (SANTANA, 2016, p.112).

Em artigo do FRIDA: *The Young Feminist Fund*¹⁰, parceiro da RBL desde 2014, percebe-se esse sentimento que existe de coletividade e que os pensamentos acerca dos sonhos e experiências convergiam para as meninas do RBL. Isso é contado no artigo de Gopika Bashi, ativista jovem feminista do FRIDA, através de uma visita que foi feita à sede

⁹ “Sororidade é enxergar-se na outra mulher. Reconhecer nela as próprias fraquezas, opressões, julgamentos, dores, virtudes, força. Por meio da compreensão mútua, nos vemos vítimas dos nossos próprios preconceitos. E é aí que a sororidade funciona: para desconstruir a ideia de que mulheres são rivais” (TAVARES, 2014).

¹⁰ FRIDA é uma iniciativa que financia e fortalece a participação e liderança de jovens ativistas feministas em todo o mundo. O Fundo é um esforço colaborativo entre a Associação para os Direitos das Mulheres em Desenvolvimento (AWID), o Fundo Centro-Americano de Mulheres (FCAM) e de um grupo experiente de jovens ativistas feministas de diferentes regiões do mundo.

da organização em 2016: “Nós sonhamos juntas pelo tipo de mundo em que queríamos viver e tantos desses sonhos eram semelhantes: todas nós queríamos apenas levar uma vida livre da violência”. Esse espaço – a sede – criado por causa da RBL significa muito para meninas e jovens que clamam por um lugar delas na sociedade e podem encontrar ali um porto seguro com suas semelhantes e um refúgio das experiências cotidianas de machismo. Juntas, as jovens meninas dançavam, cantavam, riam e se despiam de todas as armaduras invisíveis que eram erguidas quando saíam nas ruas, vestidas de preto e vermelho.

Todas essas ações, segundo o estudo de Bhushan (1989) e podendo facilmente ser aplicado à RBL, ajudam a fortalecer e forjar um senso de grupo e de identidade coletiva feminina. Mesmo que as mulheres experimentassem desigualdades diárias, como é argumentado por Elizabeth Finnis (2017), naquele local e tempo específico em que as mulheres se unem, elas encontram um espaço possível para planejar ações coletivas e processos de mudança, percebendo seu poder pessoal e sua agência em articular visões de futuro para suas comunidades e semelhantes. Espaços seguros como esse disponibilizado pela RBL têm o potencial de contribuir com melhorias sociais, políticas e empoderam as meninas e mulheres nos domínios social, econômico, político e comunitário (FINNIS, 2017, p.2-3).

Quando falamos de sororidade, é preciso elucidar acerca das críticas sobre homogeneizar as mulheres como um grupo só. A intenção desse trabalho não é este e sim, demonstrar que as mulheres, ainda que possuam suas diferenças identitárias, geográficas e culturais, podem sensibilizar-se umas com as outras, aproximando realidades e experiências no máximo que suas diferenças permitem. Quando as mulheres se unem, acolhem e estabelecem laços de empatia e sororidade, elas criam ambientes fundamentais para que possam empoderar e proteger umas às outras, em qualquer situação de machismo ou misoginia.

2.2. Violência cultural e de gênero

Johan Galtung, sendo o principal fundador da disciplina de Estudos para Paz e Conflitos, agrega a essa pesquisa diversos conceitos e argumentos quando se fala em violência e a busca pela paz positiva, uma paz que não significa apenas a ausência de guerra como a oposta paz negativa, mas sim a noção da construção de sociedade humana em integração. Para compreender esses dois tipos de paz, é necessário também entender os três tipos de violência para Galtung: direta, estrutural e cultural. O autor entende que “a violência direta é um evento, pois ocorre ocasionalmente; a violência estrutural é um processo de conjunturas e a violência cultural é invariante, uma permanência e de longa duração”. O

exemplo dado pelo próprio autor é elucidativo: o terremoto seria um evento, o movimento das placas tectônicas, um processo e a falha geográfica, uma condição mais permanente¹¹ (GALTUNG, 1990, p.294). Dessa forma, “a paz negativa consiste na ausência dessas três formas de violência, e a paz positiva inclui uma cooperação mutuamente benéfica para igualdade de condições e aprendizagem mútua entre indivíduos para curar as violências passadas e prevenir as violências futuras” (GALTUNG e FISCHER, 2013, p.12). A paz seria incompleta se considerasse apenas a ausência de guerra ou de ameaças externas, como entendem os estudos tradicionais de segurança, limitando assim a paz como uma situação de boa relação entre Estados nacionais. A paz positiva e completa é aquela que compreende e inclui as relações entre gêneros, etnias e classes sociais, superando as violências, principalmente a cultural, que é mais intrínseca aos processos sociais.

Diante do exposto, existe uma preocupação em verificar como a violência cultural, essa violência mais simbólica e também implícita, está viabilizando as sustentações de uma sociedade indiana que é permissiva com a violência contra a mulher. É preciso frisar que o próprio Galtung (1990, p. 291) alerta que culturas inteiras dificilmente podem ser classificadas como violentas. Por isso, não se pode dizer que a Índia, como um todo, é violenta com as mulheres, entretanto, é possível afirmar que existe uma miríade de aspectos culturais que acarretam em legitimação de opressões. Deste modo, por violência cultural, entendem-se aspectos de cultura, simbolismos, exemplificados pela religião, ideologia, linguagem, arte e ciência que são utilizados para justificar a violência estrutural e a direta. Formando o triângulo das violências, a cultural faz com que a direta e estrutural aparentem ser certas, ou que, no mínimo, não sejam erradas (GALTUNG, 1990).

Sabe-se, ao ler Galtung, que as violências se diferenciam em cultural, estrutural e direta e que de forma crescente, uma é causadora das outras. Porém, nessa pesquisa, com a abordagem feminista embutida em todos os pontos e teorias, se faz necessário o entendimento da violência contra a mulher e a contextualização da violência de gênero. Ainda que o termo violência contra a mulher tenha diversos significados no que se refere às suas implicações empíricas e teóricas, como violência doméstica, conjugal, intrafamiliar ou violência de gênero, tais violências são semelhantes. Segundo Bandeira (2014, p. 450), os estudos sobre violência de gênero como um campo teórico-metodológico foram fundados após

¹¹ Para as feministas, exemplos de eventos da violência direta seriam o feminicídio, a agressão física, o estupro; do processo de conjunturas estruturais, a discriminação, a privação da mulher fazer o que bem desejar, de optar por o que é melhor para o seu corpo, a exploração na dupla jornada de trabalho (privado e público) e por fim, a violência cultural se dá pela linguagem que legitima todas as situações citadas, como a cultura do estupro, tão falada e combatida pelas militantes feministas ou a naturalização de frases como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “mulher que se respeita não é estuprada”.

reivindicações feministas nos anos 1970, quando se explicitou a correlação da violência física e psicológica com a questão de gênero. “Violência de gênero” compõe uma conceptualização ampla e abrange mulheres, homens, crianças e adolescentes e entende-se como “a violência contra mulheres e contra pessoas que ocupam posições ditas feminizadas nas sociedades de modo geral (crianças, idosos, dentre outros/as de acordo com circunstâncias momentâneas)” (ALMEIDA, 2014, p. 329).

Constitui-se em formas de opressão nas relações de gênero, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e ainda que tenha outras vítimas, incluindo homens também, culturalmente e mundialmente a mulher é a vítima preferencial desse tipo de violência, sejam crianças ou adultas. A violência de gênero é representada de diversas formas, que incluem, de acordo com Gomes (2005, p. 118) “assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais, psicológicos e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. Os perpetradores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado”.

Considerando as opressões patriarcais, os homens possuem o poder de determinar condutas e detém as hierarquias altas, a sociedade tolerando e autorizando tais posições. Como o sociólogo Pierre Bourdieu apontou:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda [...] (BOURDIEU, 1998 apud SAFFIOTI, 2001, p. 118)

Dessa forma, compreende-se que todo tipo de violência contra uma mulher em seus determinados estágios é uma resposta, uma reação dos homens para a manutenção do status de gênero socialmente estabelecido e construído, defendendo os privilégios masculinos em detrimento da opressão e marginalização das mulheres em termos de seu empoderamento físico, econômico e político. Todas as expressões de violência são toleradas, silenciadas e absolvidas por conta da visão que se tem das relações homem-mulher, a mulher como dependente e um objeto do homem, além de explicações inconcebíveis como a incapacidade do homem controlar seus instintos masculinos, os estupradores vistos como doentes mentais ou a mais incabível, a noção generalizada de que existem mulheres que pedem pela violência porque gostam de homens agressivos.

2.3. Emancipação e empoderamento

Os Estudos Críticos de Segurança - ECS, onde se encaixa a teorização principal da emancipação dentro das RI, compartilha com a Teoria Feminista e Estudos para Paz a mesma preocupação com as pessoas em vez de apenas os Estados e entende a segurança não como a tradicional, mas uma segurança humana que visa uma ordem mundial mais justa e pacífica. Dessa forma, Ken Booth afirma que os ECS defendem que a última referência da segurança são os indivíduos humanos e considera os Estados como fontes não confiáveis de segurança (BOOTH, 1991, p.319). A emancipação é o coração da teoria crítica de segurança (BOOTH, 2007, p.110) e no que tange à sua conceptualização, Ken Booth se refere principalmente à “liberdade para” (sentido positivo) e não à “liberdade de” (sentido negativo, do medo, da opressão, da violência, etc). A liberdade para ser, para fazer, para sentir é a que mais interessa para o autor e para este trabalho.

Booth entende a emancipação como “a libertação das pessoas (indivíduos e grupos) daqueles constrangimentos físicos e humanos que impedem elas de realizar aquilo que livremente escolheriam fazer” (BOOTH, 1991, p. 319). A “liberdade de” é aquela relacionada com a segurança tradicional, a falta de ameaças e com a noção de securitização. O que Booth propõe, em outras palavras, é que as próprias pessoas definam o que é a sua ameaça e não que isso lhes seja imposto de cima pra baixo. É a emancipação que produz a segurança real e a insegurança, para Booth, envolve o medo de ameaças, mas nesse âmbito, ele compreende as violências diretas e indiretas, que são aquelas provenientes de estruturas de opressões, como a pobreza, nas palavras do autor e as de gênero, no posicionamento feminista (BOOTH, 2007). Em suas próprias palavras e definição, Booth explica que a emancipação “fornece uma estrutura tripla para a política: uma ancoragem filosófica para o conhecimento, uma teoria do progresso para a sociedade e uma prática de resistência contra a opressão. A emancipação é a filosofia, a teoria e a política de inventar a humanidade” (BOOTH, 2007, p.112).

Lamas (2013, p.8), de forma perspicaz, pontua que as noções de Booth de opressões e ameaças se aproximam das de Galtung, ligando de certa forma as duas vertentes teóricas. Booth considera a violência física direta, as opressões políticas e econômicas estruturais e as ameaças existenciais à identidade, na mesma escala que Galtung, no seu triângulo de violências. Podem-se encontrar relações da noção de emancipação de Booth também nos escritos da própria Tickner, quando ela cita o autor e diz que “as perspectivas de segurança que começam com a segurança do indivíduo fornecem um ponto de entrada para a teorização feminista”. Demonstrar que as hierarquias de gênero são socialmente construídas permite que as teóricas feministas, tal como os estudiosos críticos de segurança, possam focar na

realização de uma agenda de emancipação no âmbito das teorias de RI (TICKNER, 2004, P.47). Segundo Buzan e Hansen (2012), “os Estudos Críticos de Segurança defendem uma definição objetiva de segurança na medida que a própria definição de problemas de segurança de um indivíduo deveria ser considerada”. É ao considerar a experiência individual que os Estudos Críticos de Segurança se aproximam das feministas e confrontam problemas similares no que se refere à epistemologia (BUZAN e HANSEN, 2012, p.314-315).

Em correlação com a emancipação e muitas vezes confundido, está o empoderamento. É um conceito amplo, mas que pode ser definido em termos gerais como “a capacidade de um grupo ou indivíduo em fazer escolhas efetivas, isto é, fazer escolhas e depois transformá-las em ações e resultados desejados” (ALSOP, BERTELSEN e HOLLAND, 2006, p.10). Esse empoderamento é baseado em notar quais são as diferenças e as incapacidades que não permitem os atores escolherem de forma livre e transformadora o que, de fato, gostariam de ser ou de fazer. Esse processo não acontece por si só e possui variáveis intervenientes como a agência e a estrutura de oportunidades.

Agência é, basicamente, poder escolher e ter opções, com propósitos, e a estrutura diz respeito ao contexto e às instituições que o ator vive e está inserido. A estrutura define as instituições que tem poder de coerção sob o comportamento das pessoas em sociedade (ALSOP, BERTELSEN e HOLLAND, 2006). Abordando por um viés construtivista, é possível compreender que a agência e a estrutura são socialmente co-constituídas, formadas no meio social. Um exemplo claro na Índia é a garantia constitucional que as mulheres têm de participação política por cotas em cargos de representação, mas os constrangimentos e normas sociais da estrutura que elas vivem, prejudicam a sua ação como líderes políticas, na esfera pública de suas vidas. Como dito anteriormente, por ser um conceito amplo e também complexo, a medição do empoderamento deve ser tratada ao considerar três domínios diferentes da vida dos atores: domínio civil, econômico e social. Essa divisão é importante porque considera as condições múltiplas encontradas social e politicamente em cada país ou realidade em específico. Em suma, o empoderamento pode ser avaliado em diferentes domínios (o estado, o mercado, a sociedade) e em diferentes níveis (macro, intermediário e local) (ALSOP, BERTELSEN e HOLLAND, 2006, p.21).

A noção de empoderamento é perceber que nenhuma ação que envolve sua vida e sua liberdade pode ser feita por ou para outra pessoa. Deve ser feita pelos indivíduos que reconhecem a necessidade de agir por si mesmos. Considerando isso, a mudança não é feita de fora para dentro e, sim, uma mudança de consciência, de dentro para fora (BHUSHAN, 1989, p.33). Em uma noção mais próxima da realidade feminina, empoderar-se envolve um

processo multidimensional que desafia as relações de poder e opressão preexistentes, bem como as desigualdades em diferentes níveis que se interligam. Ocorre quando as mulheres desafiam normas culturalmente impostas para, de forma efetiva, melhorarem sua agência e bem-estar na sociedade (FINNIS, 2017, p. 3). Shaila Desouza, estudiosa de grupos coletivos de mulheres na Índia, afirma que empoderar a vida das mulheres individualmente é importante para a mudança geral, pois:

Afeta reciprocamente o sucesso do coletivo no cumprimento de seu objetivo de estabelecer uma força que possa trazer uma sociedade mais justa para o gênero. É somente quando as mulheres estão empoderadas com a liberdade de participar na tomada de decisões e no conhecimento de seus direitos é que elas começam a fazer mudanças em suas próprias vidas e, posteriormente, espalham a ideologia da justiça de gênero para outras (DESOUZA, 2012, p.383, tradução nossa).

Empoderamento tornou-se, segundo Maschietto (2016), um jargão bastante utilizado pelas literaturas de construção de paz (*peacebuilding*) e de agências de desenvolvimento. Tornou-se palavra-chave em iniciativas que envolvem as mulheres, sejam iniciativas governamentais ou não-governamentais. Porém, estratégias que são mais empolgantes e que se distanciam de processos hierárquicos raramente são consideradas pelas instâncias governamentais e outras instituições. Uma mudança na visão sobre as mulheres é necessária nos processos de capacitação e empoderamento, considerando-as agentes de mudança de suas próprias vidas e não apenas, beneficiárias de programas (DESOUZA, 2012, p.390). A busca pelo empoderamento exige a análise crítica das múltiplas opressões sofridas pelas mulheres (a nível individual e coletivo), objetivando aumentar a consciência, construir a solidariedade e organizar respostas para os sistemas de poder patriarcal que são enraizados. Parece lógico dizer, mas “o empoderamento deve ser um processo orgânico realizado pelas mulheres e não uma estratégia de modelo imposta sobre elas ou algo que lhes foi entregue por outros” (SHARMA, 2008, p.7).

Como visto nas explanações acima, o conceito de empoderamento detém uma amplitude que permite que ele seja entendido de maneiras diversas. Para muitas feministas, segundo escritos de Kabeer (2001), a variedade do termo é que confere valor ao mesmo, pois concede às ativistas feministas – também acadêmicas – a liberdade e o espaço para resolver o que é empoderamento no campo da ação e práxis e não apenas na limitação do que é a teoria.

3. ACTION BREAKS SILENCE: A luta da Red Brigade Lucknow

Vestidas de vermelho e preto, vermelho denotando luta e preto denotando protesto, é assim que as meninas e mulheres participantes da Red Brigade, da cidade de Lucknow, são

reconhecidas nas ruas. No início do grupo em 2011, apenas quinze meninas participavam da equipe, no estado de Uttar Pradesh, um dos estados mais pobres e conservadores da Índia. Atualmente, foram contabilizadas mais de dezesseis mil assistidas por toda a Índia. Famoso no seu país de origem e também em outros países, o grupo Red Brigade Lucknow – RBL foi uma iniciativa de Usha Vishwakarma, mulher indiana e vítima de uma tentativa de estupro.

Quando tinha 18 anos, Usha sofreu uma tentativa de agressão sexual por um colega de trabalho e como se autodenominou uma sobrevivente, a ativista retirou daquela situação negativa a motivação para lutar pela causa da segurança das mulheres na Índia. Nas próprias palavras da fundadora: “Quando enfrentei o ataque, fiquei com raiva mais do que assustada. Eu queria fazer algo para que tais caras não pensassem em fazer algo assim com qualquer outra pessoa no futuro” (PAREEK, 2015). Além da sua experiência pessoal, em 2010, enquanto conduzia um workshop com meninas adolescentes, Vishwakarma descobriu que a maioria das participantes (53 de 55) havia sido assediada sexualmente em suas próprias casas por seus próprios familiares ou parentes próximos. Vishwakarma decidiu que as meninas tinham que se proteger em meio ao silêncio ensurdecido de dentro de sua própria sociedade (RBL, s/d).

Assim, o grupo foi criado. 15 meninas e mulheres (entre 11 e 25 anos) dedicadas a acabar com a violência sexual ou pelo menos, mitigar seus efeitos para as mulheres da sua comunidade. A maioria das recrutas iniciais eram, como Usha, vítimas de agressões sexuais, assédio ou tentativa de estupros e se juntaram pela frustração com o posicionamento dos líderes políticos indianos e da própria polícia em conter a violência sexual na sua localidade. A equipe RBL começou seus trabalhos sumariamente conversando com as meninas e mulheres assediadas, desenrolando-se também com a ida às casas dos culpados e intimidando-os, reportando os assédios às famílias dos homens, que podiam exercer certo controle sob as ações. As ativistas também apresentavam denúncias policiais e algumas vezes, levavam os acusados a público e linchava-os¹², não passando de bofetadas e insultos (RBL, s/d). As meninas patrulhavam as ruas de seu bairro e depois de se tornarem mais conhecidas, passaram a exercer seu poder de intimidação com aqueles que soltavam piadas e cantadas de teor sexual. Essas são ações subversivas num país onde é esperado que as mulheres demonstrem mansidão e submissão, silenciando os abusos sofridos pois poderiam envergonhar ou desonrar suas famílias ao falarem abertamente sobre abuso sexual (NELSON, 2013).

¹² O verbo aqui utilizado com o significado de violentar sumariamente, sem julgamento regular e por decisão coletiva, e não de matar ou executar.

Porém, para Usha, aquelas eram medidas paliativas e ela buscava mudanças substanciais e estruturais. Inicialmente, o grupo realizou uma campanha de conscientização sobre as questões das mulheres através da arte, com peças de teatro e oficinas de rua. Posteriormente, os membros da RBL ensinaram lições de artes marciais em um estúdio local em Lucknow. Mais tarde, descobriram que as técnicas de autodefesa são mais confiáveis para proteger-se de agressão sexual e foi nesse ponto que o principal segmento do grupo se revelou.

O grupo aprendeu e começou a treinar as meninas nas técnicas de autodefesa pessoal, sendo que esses treinamentos foram personalizados especialmente para a defesa de estupros, ataques e assédios. Algumas artes marciais e lutas, como o karatê, supõem que há espaço entre as pessoas, quando na violação, acontece exatamente o oposto. Dessa forma, o ensinamento que é passado para as mulheres é de lutar de forma a atingir os pontos fracos de seu atacante. Essa iniciativa recebeu o nome de “Mission One Million”. Essa missão tem como objetivo capacitar, pelo menos, um milhão de meninas e mulheres em diferentes partes do país, com técnicas de autodefesa que podem reduzir drasticamente suas chances de se tornarem vítimas de agressão sexual. O treinamento de autodefesa foi realizado pela RBL em diferentes partes da Índia, como Kanpur, Bhattoli, Varanasi, Nova Deli, Gurgaon, Mumbai, Assam e Kerala (RBL, s/d).

Decorrente das suas ações em prol da causa das mulheres e sua visibilidade, a RBL tornou-se, em dezembro de 2016, a organização não-governamental institucionalizada Red Brigade Trust, além de ser um grupo de sobreviventes. A organização é composta por Usha Vishwakarma (Fundadora e Chefe administrativa), Satyabrath Singh (Secretário), Laxmi Vishwakarma (Líder da educação de autodefesa), Afreen Khan (Líder do teatro de rua), Suniti Sachan, Sangeeta Kumari, Jyoti Kumari, Poonam Kumari, todas administradoras da organização, além de apoiadores que fazem parte de sua rede de conexão. Sua missão é o desenvolvimento do empoderamento das mulheres na Índia e suas estratégias são voltadas para crianças, adolescentes e adultas, em sua variedade de métodos. O objetivo e meta futura da organização é a criação de uma academia residencial para fornecer um centro seguro para meninas quando elas não podem ficar em suas casas, por conta de ameaças dentro de suas próprias famílias. A “Red Brigade Academy” seria um lugar com atendimento médico, alimentação, assistência jurídica e o fornecimento dos cursos de autodefesa, a essência da instituição.

No site da organização, uma das fontes primárias para estudar esse grupo, é possível encontrar informações significativas sobre o que a organização faz e busca alcançar com suas

ações. Na seção “O que nós fazemos”, o protesto contra violências sexuais e a transferência de conhecimentos de autodefesa é o que elas colocam em evidência. Porém, é possível analisar que, em síntese, a autodefesa é apenas uma ferramenta e o que RBL realmente ensina é sobre equidade, consentimento e empoderamento.

Nas campanhas de conscientização sobre violência contra mulheres e discriminação de gênero, a RBL educa mulheres e meninas acerca de seus direitos usando peças de teatro nas ruas e workshops, relatando as formas de violência que o gênero feminino sofre. O grupo também adere a protestos, campanhas em redes sociais e produz abaixo-assinados em temas relevantes para as mulheres. Pode-se dizer que ensinar coisas até então desconhecidas para essas mulheres as emancipam para reivindicar por causas que até então estavam adormecidas dentro de suas experiências femininas. É como se véus fossem tirados da frente de seus olhos, no mesmo entendimento sobre qual Bhushan aponta que “a principal vantagem dessas formas de protesto público é que outras mulheres que foram culturalmente condicionadas a um estado de submissão passiva se sentem encorajadas a demonstrar seus próprios problemas (BHUSHAN, 1989, p.30).

Na Missão “Um Milhão” é que o ensino de autodefesa vem se manifestando, através de oficinas e visitas em escolas. A missão é empoderar no mínimo, um milhão de garotas e mulheres na Índia nas técnicas de luta e defesa para prevenir possíveis assédios e estupros. Ao longo dos anos, Usha criou cerca de 25 técnicas de autodefesa chamadas, em conjunto, de *NISHASTRA*¹³, a combinação de movimentos de autodefesa e de combate improvisados (RASHID, 2017). Arelado a essa missão, está o Projeto 100 Escolas, 100 Dias. Esse programa de treinamento de autodefesa foi levado a 100 escolas de Lucknow e outras cidades de Uttar Pradesh entre os meses de julho e novembro de 2017, com o lema *Safe Women, Safe Lucknow*. Possuem também uma campanha conjunta com a instituição *KUROS!*¹⁴ para distribuição gratuita de spray de pimenta para essas garotas, com o nome *My safety in my hand*.

A RBL oferece assistência jurídica a vítimas de estupro e demais violências - como ataque de ácido, comum na Índia - e quando se fala de tal assistência, é necessário compreender que muitas mulheres pobres não têm como contratar um advogado para defendê-

¹³ New Instrument against Sexual Harassment And Stand against Rape Aggression

¹⁴ Kuros! é uma empresa de Austin, Texas, que vende produtos artesanais para financiar a distribuição de spray de pimenta para mulheres a nível global. A missão da empresa é dar às mulheres nos países em desenvolvimento, instrumentos para proteção de abusos, estupros e assédios, vivendo assim com menos medo. Kuros possui parceria com SABRE, o principal fabricante de spray de pimenta do mundo. A cada produto de KUROS! vendido, um spray de pimenta é livremente disponibilizado para mulheres que necessitam, através de parcerias com ONG's em vários países. Disponível em: <<https://www.kuros.com/faq>>.

las, caso denunciem estupros e abusos. Esse é um fator desencorajador, juntamente com a recepção negativa de seus familiares e dos próprios agentes da justiça. A RBL oferece às vítimas essa assistência legal para processar os agressores, além de prover a segurança pessoal dessas mulheres.

Buscam também capacitar meninas pobres e desprivilegiadas, principalmente em áreas rurais, a alcançar emancipação por meio da educação. Para tal, matriculam-nas em escolas e faculdades, já que acreditam que a educação pode leva-las à independência financeira e com a obtenção de maior conhecimento, as impulsionarem a enfrentar as violências de gênero que sofrem. Segundo notícia e entrevista do YKA (*Youth Ki Awaaz*), a maioria das crianças e adolescentes que são treinadas geralmente trabalham na rua ou não têm acesso à educação. Em relação a isso, a entrevistada Mehek (nome trocado) disse que “a segurança e a educação são muito importantes para as meninas. Quando elas estudam, elas se sentem empoderadas” (JHA, 2017). Educar meninas na Índia é uma ação que enfrenta a noção cultural que se tem na Índia, que a educação de filhas mulheres é um gasto desnecessário para a família. Essa confrontação da RBL se relaciona com a emancipação e a educação libertadora vista em Paulo Freire. O autor, na sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2001), desenvolve uma concepção de pedagogia que propõe que a educação seja uma força de transformação, emancipação e libertação humana.

Outro projeto que merece destaque é o *Good Touch Bad Touch - GTBT*, com a realização de oficinas com crianças para torná-las conscientes dos diferentes tipos de toques para que elas possam diferenciar entre toques amigáveis e abusos e também possam informar aos pais de qualquer incidente. Este é um passo para prevenir o abuso sexual infantil, tão difícil de identificar. A RBL, ao visitar escolas, exhibe clipes de histórias infantis e desenhos animados na tentativa de mostrar às crianças os aspectos principais do abuso infantil, de maneira didática e simples. Os membros da organização também informam as maneiras de defesa em situações críticas e ao final das oficinas, distribuem panfletos e adesivos que números para linhas de atendimento e denúncia. Usha Vishwakarma informou, em entrevista ao *Times of India*, que o objetivo da organização era alcançar 20 mil crianças por ano através de suas oficinas de GTBT.

Outro meio de protesto não-violento usado pela RBL é o teatro de rua. Essa técnica, segundo Bhushan (1989, p.30), tem raízes profundas na cultura indiana e apresenta mensagens socialmente relevantes em suas peças. Implícito na peça de rua está o conceito de empoderamento, pois é um protesto que permite que as mulheres avaliem, julguem e atuem sobre suas situações de abuso pessoal, de forma artística e reflexiva.

As ações do grupo trazem uma perspectiva de quebra com o mito do sexo mais frágil. O que se ensina é a negação à violência, a necessidade do consentimento, o aumento da autoconfiança e a revelação da força que muitas meninas acreditam não ter. Para Usha, é preciso que elas entendam que são fortes e podem revidar, estando sempre atentas e preparadas para ameaças que surgirem. Em entrevista ao The Washington Post, Usha disse: “Não queremos esperar a reforma da sociedade, que as atitudes masculinas mudem, que a polícia aja ou que nossos pais, irmãos e maridos nos protejam. Devemos concentrar nossos esforços em tornar-nos fisicamente e mentalmente fortes para atacar” (LAKSHMI, 2014).

Em suma, as principais ações da RBL que foram citadas neste trabalho foram distribuídas na Tabela 1, relacionando-as com as capacidades que são estimuladas e incentivadas pelas práticas da organização.

TABELA 1 – AÇÕES E PRÁTICAS DA RBL E CAPACIDADES ESTIMULADAS

CAPACIDADES ESTIMULADAS	AÇÕES E PRÁTICAS
<p style="text-align: center;">EMANCIPAÇÃO (tomada de consciência)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a educação de meninas pobres das áreas rurais • Workshops e campanhas de conscientização sobre direitos da mulher • Workshops e campanhas de conscientização sobre discriminação de gênero • Palestras e atividades educacionais do projeto Good Touch Bad Touch
<p style="text-align: center;">EMPODERAMENTO (capacidade de ação e reação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Peças de teatro de rua • Intimidação de agressores e assediadores pelas patrulhas • Autodefesa e artes marciais
<p style="text-align: center;">SORORIDADE (identificação e cuidado mútuo)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um espaço seguro próprio para meninas • Proteção grupal: andar em grupos nas ruas como patrulhas • Cuidados médicos e assistência jurídica

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo abordou de maneira breve a trajetória de mulheres indianas que lutam contra inúmeras violências diárias, focando no caso da Red Brigade Lucknow, grupo que não é muito estudado, apenas citado em alguns artigos, reportagens e num documentário que foi produzido, mas que é de acesso restrito ao público (até a data final desse trabalho). Foi abordada, com mais relevância, a Teoria Feminista, agregando-se aos Estudos para Paz e Estudos Críticos de Segurança, com o intuito fundamental de conceituar – e poder analisa-los na prática das participantes da RBL – termos como empoderamento, emancipação, sororidade, violência de gênero e violência cultural.

No primeiro tópico, foi discutido sobre a trajetória do feminismo indiano e entende-se que esse movimento está tentando formular um novo vocabulário que não esteja em consonância com a linguagem de realidade objetiva e masculina, competitiva, agressiva e violenta per se, linguagem essa que perpetua a hierarquias de castas, classes e gênero na Índia. Ao rejeitar a exploração do patriarcado, o feminismo indiano rejeita essas estruturas de valores que concebem traços como agressão e dominação (componentes da violência direta e estrutural) como universais. Os valores feministas são humanos, baseados na paz, na justiça e na igualdade (BHUSHAN, 1989, p. 25).

Segundo Bhushan (1989), se o “natural” da mulher – essencialismo esse condicionado socialmente – é ser pacífica e repugnar a violência, as mulheres podem usar essas dicotomias impostas ao seu favor. Utilizando como uma força construtiva, ao reconhecer e rejeitar a passividade tradicional feminina, as mulheres podem ser assertivas e incisivas sem adotar a violência masculina. Elas usarão aquilo que lhes foi determinado para transformar a maneira de lidar com seu poder recém-adquirido, ou seja, de forma não-violenta. Entendendo que não existe propensão a pacifismo pelas mulheres, mas sim, uma transcendência acerca de como a violência deveria ser tratada (as oprimidas não se transformam nos opressores), as práticas feministas podem ser pacifistas. Assim como podemos inferir que as mulheres da RBL, ainda que utilizem de técnicas de luta, não estão sendo violentas, mas sim defensivas e até não-violentas, se considerarmos a noção de ahimsa (não-violência) segundo Balkaran e Dorn (2012, p.7), “é uma transgressão séria à ahimsa não proteger aqueles que procuram por proteção” e que “proteção vem antes da passividade”.

O segundo tópico contextualiza e localiza este trabalho nos referenciais teóricos da disciplina de Relações Internacionais – Estudos para Paz, Estudos Críticos de Segurança e Teoria Feminista – e aborda os conceitos primordiais de sororidade, emancipação e empoderamento. Conceitos esses considerados o eixo dessa pesquisa e que se relacionam às

ações, práticas e lutas de feministas no geral, independente de vertente teórica e especificamente à RBL. O termo sororidade é visto com pouca frequência na academia, principalmente na área das Relações Internacionais. Trago esse conceito no meu trabalho por dois motivos: primeiramente por acreditar que essa é uma dimensão do feminismo que deve ser mais considerada, seja na teoria, mas sobretudo nas práxis das mulheres no seu cotidiano e segundo, porque entendo que a união feminina, no contexto da RBL, foi o motor das ações da organização. Claro que o gerador principal foi a busca pelos ensinamentos de autodefesa, mas a compreensão de que mulheres deveriam defender umas às outras – e emancipar ao ensinar – contra as opressões que as faziam semelhantes é o que faz o grupo evoluir. O sentimento de companheirismo entre mulheres tem um significado bastante diferente, a cumplicidade feminina tem uma carga afetiva própria, de resistência, com códigos e comportamentos diferenciados, pois elas compartilham um histórico de experiências desde o passado e ainda no presente, com diversas opressões.

Na abordagem do empoderamento, conceitos foram amplamente discutidos, buscando diversas literaturas. Em suma, a definição de empoderamento pode ser entendida, para esta pesquisa, como a capacidade de escolher e transformar sua opção em ações e resultados desejados, devendo ser praticado pelo indivíduo em si mesmo sem imposição externa, que envolve uma mudança de consciência que possa desafiar relações de poder e desigualdade, sem desconsiderar a subjetividade e visão de mundo de cada ser. Empoderamento denota poder, tal como o conhecimento. Ao tomar consciência das opressões que são praticadas diariamente e culturalmente permitidas pelo patriarcado e na busca da superação disso, capacitando a si mesma e outras mulheres ao seu redor, a menina da RBL sente-se empoderada. Esse reconhecimento acontece também na percepção de que elas podem revidar as agressões, responder comentários machistas e não temer a represália, pois sabem se defender e contra-atacar. A relação entre “sentir” empoderamento e “ser” empoderada está numa linha tênue e que esta pesquisa não pode afirmar categoricamente qual dos dois realmente gera uma transformação social na Índia, nem pode falar em nome das participantes da RBL, mas compreende que o sentir é a base do ser e do agir. Toda prática da RBL, que de fato transformou realidades de muitas vítimas de violência, surgiu do pensamento de várias mulheres e meninas que compreenderam que era preciso reagir, fundando assim uma rede de apoio e proteção feminina.

A emancipação, tal como o empoderamento, não é apenas um objetivo a ser alcançado e um resultado esperado, mas também envolve o processo que se percorre, além de ser incessante. Enquanto o empoderamento pode ser algo mais prático, a emancipação diz

respeito à liberdade e essa é uma condição que é bastante subjetiva. Emancipação refere-se à consciência das opressões e o empoderamento é a capacidade de subvertê-las, no caso da RBL, através de suas diversas práticas. Pode existir comparação errônea ou confusão ao tratar dos dois termos desse tópico, assim como é possível relacioná-los, ao considerar que emancipação é resultado do empoderamento e vice-versa. É importante para esta pesquisa, acima de toda contextualização teórica, considerar que empoderamento e emancipação são definições passivas de relativização, que vão além do entendimento científico, e que são ligadas também à subjetividade e visão de mundo de cada mulher, cada indivíduo.

No papel de feministas, umas das principais demandas - na miríade de reivindicações que se ramificam entre as vertentes do movimento político e social - é a luta contra o patriarcado. De forma literal, as mulheres da Red Brigade enfrentam esse sistema opressivo pelo combate e pela demonstração de força e empoderamento que elas adquirem e repassam umas às outras ao treinarem artes de luta para sua defesa pessoal. O terceiro tópico tratou do estudo de caso, a Red Brigade Lucknow e para concluir, é preciso falar da relação pessoal da pesquisadora com a organização, dos entraves à pesquisa e resultados. A descoberta da organização RBL, através de uma reportagem da CNN, e a decisão de estudá-las surgiu em meados de 2015, com a escolha do tema de pesquisa para a iniciação científica. A princípio, a pesquisa envolvia o grupo Gulabi Gang também, mas devido ao contato direto pelo Facebook com RBL, contato com a Usha em específico, o desenvolvimento da pesquisa focou apenas na RBL, tal como este trabalho de conclusão de curso. O contato ocorreu totalmente pelo meio virtual, utilizando dos recursos de mensagens instantâneas do Messenger e pelo acompanhamento de grupos fechados de Facebook, um deles apenas para mulheres, inclusive.

Os entraves que existiram vieram da dificuldade que as participantes tinham em compreender e falar inglês – língua nativa delas é o hindi –, já que foi a língua utilizada para uma possível melhor comunicação. As mensagens enviadas em rede social e correio eletrônico foram lidas e respondidas com a assistência do Secretário da organização, Satyabrat Singh, que é o responsável pela comunicação da RBL e tem fluência na língua inglesa. Inicialmente um questionário foi elaborado e enviado – procedimento escolhido para metodologia deste estudo – para que membros da RBL, mulheres e adolescentes assistidas pela organização respondessem. As perguntas, além do questionário sociocultural (nome, idade, estado civil, cidade, escolaridade e religião), foram acerca de opiniões, impressões e sentimentos das meninas e mulheres, sobre a ação do grupo e sua notoriedade e também em torno dos conceitos de empoderamento, sororidade e emancipação. Os questionários não

foram respondidos a tempo da conclusão deste trabalho, obrigando a modificação dos métodos de pesquisa, porém espera-se que esta pesquisa continue e se expanda futuramente.

Esta pesquisa buscou identificar de que forma, a partir da contextualização de conceitos como empoderamento, emancipação e sororidade, as mulheres e meninas da Red Brigade alcançam essas capacidades e superam as situações de violência. O eixo principal desse estudo foi o feminismo – teórico e prático – e na sua prática é possível reconhecer métodos diversos para alcançar o empoderamento, a emancipação e estimular a sororidade entre meninas e mulheres. Como visto no terceiro tópico e na tabela 1, a RBL realiza diversas atividades e detém políticas de enfrentamento da violência direta. A autodefesa ensinada pela RBL, prática que detém maior destaque, configura-se como ferramenta que agrega muito na luta contra o patriarcado e funcionou bem para o grupo como um ponto de partida para suas demais atividades. Porém, compreende-se, numa visão geral, que a autodefesa não é a única solução para as problemáticas da mulher indiana, já que vista por outra perspectiva, ela pode ser excludente (pessoas com deficiência, idosas e crianças muito pequenas não podem lutar, por exemplo). O que queremos apontar aqui é que o empoderamento que é alcançado ao aprender a se defender, desenvolve também nas meninas a percepção de que elas podem fazer a diferença na sociedade em que vivem.

O mapeamento feito na tabela sistematizou, além da autodefesa, as ações e práticas da Red Brigade, que se alternam entre artísticas e educacionais, incisivas e não-violentas, mas que em conjunto contribuem para construção de uma realidade mais segura para as crianças, adolescentes e mulheres indianas. Através dessas práticas, a RBL estimula a tomada de consciência crítica, incentiva a reação contra as opressões e violências e por fim, de maneira primordial, promove a identificação das semelhanças entre as mulheres, tal como o cuidado mútuo e a preocupação com o bem-estar. Quando as mulheres se unem, acolhem e estabelecem laços de empatia e sororidade, elas criam ambientes fundamentais para que possam empoderar e proteger umas às outras, em qualquer situação de machismo ou misoginia. E é assim que elas descobrem a própria força.

ABSTRACT

The present work proposed to investigate how the organization Red Brigade Lucknow - using techniques of fight and personal defense, among other practices - stimulates the sisterhood between Indian girls and women, as well as the emancipation and the empowerment against the gender violence. To this end, the Red Brigade's forms of action were presented, analyzed according to the approaches of Peace Research, Critical Security Studies and Feminist Theory, in order to analyze the connections between these theories and the Indian feminist practice. The research was carried out by a case study as a procedure adopted with the purpose of understanding the meanings produced by girls and women in Red Brigade organization in its local context. Data collection was through the organization's news media, news portals and reports, social network conversations with RBL participants and supporters and, finally, an analysis of the literature of Indian authors. It is hoped that this work demonstrates how the group can reflect, in its practice, sisterhood, emancipation and empowerment of young women in India.

Keywords: India; Gender Violence; Feminism, Red Brigade Lucknow; Emancipation; Empowerment; Sisterhood.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. C. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 329-340, agosto 2014.
- ALOK, N. P. Intersectional Feminism 101: Why It's Important And What We Must Remember. **Feminism in India**, 2017. Disponível em: <<https://feminismindia.com/2017/02/13/indian-intersectional-feminism-101/>>. Acesso em: 19 novembro 2017.
- ALSOP, R.; BERTELSEN, M. F.; HOLLAND, J. **Empowerment in practice: From analysis to implementation**. World Bank Publications, 2006.
- BALKARAN, R.; DORN, A. W. Violence in the Vālmīki Rāmāyaṇa: Just War Criteria in an Ancient Indian Epic. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 80, n. 3, p. 1-32, setembro 2012.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, agosto 2014.
- BASHI, G. Living and learning feminism with young girls in Lucknow. **FRIDA the young feminist fund**, 2016. Disponível em: <<https://youngfeministfund.org/2016/11/living-and-learning-feminism-with-young-girls-in-lucknow/>>. Acesso em: 3 novembro 2017.
- BHUSHAN, M. Vimochana: women's struggles, nonviolent militancy and direct action in the indian context. **Women's Studies International Forum**, v. 12, n. 1, p. 25-33, 1989.
- BLANCHARD, E. M. Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 28, n. 4, p. 1289-1312, 2003.
- BOOTH, K. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 17, n. 4, p. 313-326, outubro 1991.
- _____. **Theory of World Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CAVANI, J. Dicionários devem inserir palavras como 'sororidade' e 'feminicídio' em nome da igualdade de gênero. **Diário de Pernambuco**, 2016. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/05/16/internas_viver,644255/palavras-sororidade-e-feminicidio-ainda-nao-foram-incluidas-em-diciona.shtml>. Acesso em: 15 outubro 2017.
- COCKER, C. Women and International Relations. **Salisbury Review**, Londres, junho 1990. p. 23-27.
- DESOUZA, S. The Strength of Collective Processes: An 'Outcome Analysis' of Women's Collectives in India. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 19, n. 3, p. 373-392, 2012.

DUTTA, N. Domestic Violence - Tolerating the Intorable? **Economic and Political Weekly**, v. 14, n. 1, p. 4-9, janeiro 1999.

ENLOE, C. **Maneuvers**: The international politics of militarizing women's lives. [S.l.]: Univ of California Press, 2000.

ESPINAR-RUIZ, E.; LÓPEZ-MONSALVE, B. Infancia y violencia de género: cuantificación y percepciones. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v.23, n. 2, maio 2015. p.451-470.

FINNIS, E. Collective Action, Envisioning the Future and Women's Self-help Groups: A Case Study from South India. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 24, n. 1, p. 1-23, 2017.

FORBES, G. H. Caged Tigers: 'first wave' feminists in India. **Women's Studies International Forum**, v. 5, n. 6, p. 525-536, 1982.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v.27, agosto 1990. p.291-305.

GALTUNG, J.; FISCHER, D. Positive and negative peace. In: **Johan Galtung**. Springer Berlin Heidelberg, 2013. p. 173-178.

GOMES, R.; MINAYO, M. C.; SILVA, C. F. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Cap. 4, p. 340.

HANISCH, C. The personal is political. **Radical feminism: A documentary reader**, 1969. 113-116.

HUMAN RIGHTS WATCH. Breaking the Silence: Child abuse in India. **Human Rights Watch**, 2013. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2013/02/07/breaking-silence/child-sexual-abuse-india>>. Acesso em: 1 novembro 2017.

KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. In: SIDA **Discussing Women's Empowerment Theory and Practice**. Sweden: SIDA Studies, v. 3, 2001. p. 17-57.

KEOHANE, R. Beyond Dichotomy: Conversations between International Relations and Feminist Theory. **International Studies Quarterly**, Londres, v.42, março 1998. p.193-197.

LAGARDE, M. **El feminismo en mi vida**: Hitos, claves y topías. Ciudad del México: Gobierno de la Ciudad de México, Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LAKSHMI, R. Indians fight fear of rape with pepper spray, a 'ladies' gun' and self-defense classes. **The Washington Post**, 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/indians-fight-fear-of-rape-with-pepper-spray-a-ladies-gun-and-self-defense-classes/2014/02/14/b8669cc6-93cd-11e3-9e13-770265cf4962_story.html?utm_term=.d4ce103ea3e0>. Acesso em: 10 outubro 2017.

LAMAS, I. A. As violências e inseguranças invisíveis: rumo a uma paz positiva verdadeiramente emancipatória. In: Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 4., dezembro 2013. **Anais**. p.1-21.

MASCHIETTO, R. H. Disentangling Empowerment. In: MASCHIETTO, R. H. **Beyond Peacebuilding**..: Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 45-79.

MUZUMDAR, K. Women and Violence: a Human Rights Perspective. In: KUDCHEDKAR, S.; AL-ISSA, S. **Violence against Women: Women against Violence**. Delhi: Pencraft International, 1998. p. 265.

NELSON, D. India's Red Brigade ready for battle. **The Telegraph**, 2013. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/india/10136867/Indias-Red-Brigade-ready-for-battle.html>>. Acesso em: 8 setembro 2017.

NIELSEN, K. B.; WALDROP, A. **Women, Gender and Everyday Social Transformation in India**. Londres: Anthem Press, 2014.

O GLOBO. Índia decide que sexo com menores casadas pode ser tratado como estupro. **O Globo**, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/india-decide-que-sexo-com-menores-casadas-pode-ser-tratado-como-estupro-21934890>>. Acesso em: 04 novembro 2017.

OLIVEIRA, O. M.; SILVA, A. R. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, O. M. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. 1ª. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, v. 30, 2011. p. 342.

RAMAN, V. The Women's Question in Contemporary Indian. **Asian Journal of Women's Studies**, v. 7, n. 2, p. 39-71, 2001.

RBL. Our Mission. **Red Brigade Lucknow**, s/d. Disponível em: <<http://redbrigade-lucknow.org/about-us/ourmission.html>>. Acesso em: 1 setembro 2017.

_____. Our Vision. **Red Brigade Lucknow**, s/d. Disponível em: <<http://redbrigade-lucknow.org/about-us/ourvision.html>>. Acesso em: 1 setembro 2017.

ROY, M. S. Disciplining Gender and Gendering Discipline: Women's Studies in Contemporary India. In: NIELSEN, K. B.; WALDROP, A. **Women, Gender and Everyday Social Transformation in India**. Londres: Anthem Press, 2014. Cap. 10, p. 157-175.

ROY, S. New Subalterns? Feminist Activism in an Era of Neoliberal Development. In: NIELSEN, K. B.; WALDROP, A. **Women, Gender and Everyday Social Transformation in India**. Londres: Anthem Press, 2014. Cap. 11, p. 175-189.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTANA, M. F. D. **Deslocamentos patriarcais pelo feminismo de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia, 2016. 130p.

SHARMA, A. **Logics of empowerment: Development, gender, and governance in neoliberal India**. Minnesota: U of Minnesota Press, 2008.

SILVA, I. C. S. **Sororidade e rivalidade feminina nos filmes de princesa da Disney**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, 2016. 130 p.

SJOBERG, L.; TICKNER, J. A. Feminism. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3ª. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 11, p. 393.

TAVARES, G. Por que precisamos da sororidade? **Portal Madalenas**, 2 outubro 2014. Disponível em: <<http://portalmadalenas.com.br/por-que-precisamos-da-sororidade/>>. Acesso em: 01 novembro 2017.

THE TIMES OF INDIA. Red brigade brings child abuse lessons to schoolkids. **The Times of India**, 2016. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/city/lucknow/Red-brigade-brings-child-abuse-lessons-to-schoolkids/articleshow/55521785.cms>>. Acesso em: 9 outubro 2017.

TICKNER, J. A. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

_____. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. Columbia University Press, 2001.

_____. Feminist responses to international security studies. **Peace Review**, 16, março 2004. p.43-48.

WADLEY, J. D. Gendering the state: Performativity and protection in international security. In: SJOBERG, L. **Gender and international security: feminist perspectives**. 1ª. ed. Oxford: Routledge, 2010. Cap. 3, p. 304.